

## MJSP E OAB DISCUTEM ESTRATÉGIAS CONTRA FRAUDES DE FALSOS ADVOGADOS



Na terça-feira (10), o MJSP, por meio da Senasp, recebeu presidentes estaduais e conselheiros federais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O encontro teve como objetivo discutir estratégias para o enfrentamento de crimes em que estelionatários se passam por advogados e utilizam informações de processos judiciais para aplicar fraudes e obter vantagens financeiras.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima, destacou que o combate a essas fraudes exige cooperação entre diferentes instituições e respostas articuladas do poder público.

“Esses crimes têm se tornado cada vez mais sofisticados e exigem atuação coordenada entre instituições de segurança pública, o sistema de Justiça e entidades representativas da sociedade, para fortalecer a prevenção e a proteção das vítimas”, disse.

Durante a reunião, os representantes da OAB relataram que casos como esses têm se tornado mais elaborados e abrangentes, afetando não apenas profissionais da advocacia, mas também cidadãos que aguardam decisões ou pagamentos relacionados a processos judiciais.

[Saiba mais aqui](#)

## PARCERIA COM UNIVERSIDADES VAI CRIAR SOLUÇÕES CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Na terça-feira (10), o MJSP, por meio da Senajus, lançou o Edital nº 1/2026, que convida universidades e institutos federais a apresentarem estudos e propostas de soluções para o enfrentamento do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

A iniciativa integra as ações do Governo Federal pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, e busca ampliar a capacidade do Estado de prevenir, reprimir e responsabilizar organizações criminosas que lucram com o tráfico de meninas e mulheres, evidenciando o viés de gênero desse crime.

A participação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) é estratégica, pois podem produzir pesquisas, desenvolver metodologias e atuar em diferentes regiões do País, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O edital prevê a formação de um banco de projetos que poderá subsidiar futuras parcerias entre o ministério e as universidades por meio de termos



de execução descentralizada. O banco terá validade de 36 meses, e os projetos poderão ser executados conforme a disponibilidade orçamentária e as prioridades institucionais do MJSP.

As instituições interessadas devem enviar as propostas até 4 de maio de 2026, para o e-mail: [traficodepessoas@mj.gov.br](mailto:traficodepessoas@mj.gov.br)

[Saiba mais aqui](#)

## GOVERNO FEDERAL CAPACITA SERVIDORES EM COMBATE AOS CRIMES DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS



O Governo Federal lançou, na quarta-feira (11), o curso de enfrentamento aos maus-tratos contra animais, voltado a profissionais do Susp. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o MMA e o MJSP.

O curso on-line foi desenvolvido para ampliar a formação dos profissionais da segurança pública, com conteúdo voltado à identificação, investigação e resposta adequada a casos de violência contra animais. A capacitação já está disponível na plataforma de ensino da Senasp. [Acesse aqui](#)

A ação ganha relevância diante de episódios como o caso da morte do cão comunitário Orelha, ocorrido no início de janeiro em Florianópolis (SC). O fato gerou ampla comoção e repercussão, reacendendo o debate sobre a necessidade de respostas mais ágeis e qualificadas das autoridades diante de casos de maus-tratos contra animais.

[Saiba mais aqui](#)

## MJSP PEDE EXPLICAÇÕES AO TIKTOK SOBRE TREND QUE INCENTIVA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

O MJSP, por meio da Sedigi, da Senasp e da Senacon, encaminhou ofício ao TikTok Brasil requisitando informações sobre as medidas adotadas pela plataforma diante da circulação massiva de conteúdos misóginos associados à trend "caso ela diga não", viralizada em torno do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Os vídeos exibiam jovens simulando agressões físicas — chutes, socos e esfaqueamentos — contra manequins que representavam mulheres, acompanhados de mensagens que associavam explicitamente a violência à rejeição afetiva. O conteúdo, amplamente difundido na plataforma TikTok, motivou a abertura de inquérito pela Polícia Federal (PF), instaurado após notícia-crime apresentada pela Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD), vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU).

O ofício do MJSP deixa claro que a obrigação da plataforma não se limita à remoção dos conteúdos já requisitados pela PF. Com fundamento na



decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a inconstitucionalidade parcial do art. 19 do Marco Civil da Internet, o Ministério aponta que os provedores de aplicações de internet são civilmente responsáveis pela indisponibilização imediata de conteúdos que configurem crimes praticados contra a mulher — categoria que inclui expressamente conteúdos que propagam ódio ou aversão às mulheres. Segundo o documento, a circulação massiva da trend representa riscos de falha sistêmica.

[Saiba mais aqui](#)

**OPERAÇÃO SHADOWGUN DESMONTA REDE QUE PRODUZIA ARSENAL DE ARMAS COM IMPRESSÃO 3D NO PAÍS**

A Operação Shadowgun, realizada de forma integrada entre órgãos de segurança pública, desarticulou uma organização criminosa dedicada ao desenvolvimento, à produção e à comercialização de armas de fogo, inclusive fuzis, e acessórios fabricados por meio de impressão 3D, conhecidas internacionalmente como ghost guns. A ação de quinta-feira (12) cumpriu 36 mandados de busca e apreensão e cinco mandados de prisão, tendo como alvo 30 suspeitos em 12 estados brasileiros. Um balanço com dados consolidados da Operação deve ser divulgado em breve.

As apurações identificaram uma rede estruturada que utilizava a internet para desenvolver, divulgar e comercializar projetos digitais de armamentos

produzidos por impressão 3D, além de acessórios de alto poder destrutivo, como carregadores de grande capacidade. Esse tipo de armamento, por não possuir numeração de série e poder ser produzido com equipamentos acessíveis no mercado, é frequentemente classificado como "arma fantasma", o que dificulta sua rastreabilidade e representa risco relevante à segurança pública.

Os mandados foram cumpridos com o apoio das Polícias Cíveis de Sergipe (PCSE), Bahia (PCBA), Goiás (PCGO), Santa Catarina (PCSC), Roraima (PCRR), Rio Grande do Sul (PCRS), Espírito Santo (PCES) e Minas Gerais (PCMG), evidenciando a atuação coordenada entre forças de segurança estaduais no enfrentamento à criminalidade no ambiente digital.

[Saiba mais aqui](#)

março  
2026

**AGENDA****FIQUE LIGADO NOS CURSOS DA PRÓXIMA SEMANA**

- 2ª edição do Curso de Resposta em Ações Integradas para Atuação em Situações de Desastres (Respad) - DIOPI - Período: 16 a 27 de março.
- 2ª edição do Curso de Técnicas Especiais de Investigações - CTEI/DFNSP - DFNSP, DEP e DIOPI - Período: 16 a 21 de março de 2026.